

Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS

Daiane Loreto de Vargas

Tecnóloga em Agropecuária pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERG)
Mestre e Doutoranda em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
e-mail: loretodevargas@gmail.com

Resumo

Sabe-se que a questão agrária e os problemas que dela se originam não são recentes e nem estão resolvidos, mas, também se reconhece que muitas iniciativas vêm sendo tomadas nesse sentido. Dentre elas é importante destacar o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), criado pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA) com objetivo de ser uma alternativa na prestação de serviços de extensão rural para agricultores assentados. Dessa forma, desenvolveu-se uma pesquisa de campo no contexto dos assentamentos do Município de Candiota/RS. Onde se teve por objetivo compreender as ações da extensão rural na prática, tendo em vista as orientações do Programa de Ates e os possíveis conflitos que daí se origina, ou seja, os conflitos entre teoria e prática no cenário das orientações desse programa para o serviço de extensão rural.

Palavras-chave: extensão rural, política de ATES, assentamentos rurais.

Resumen

Trabajo de los extensionistas en el contexto de ATES: el caso de los asentamientos de Candiota/RS

Se sabe que la cuestión agraria y los problemas que se derivan de ella no son nuevas ni se resuelven, pero también reconoce que muchas iniciativas se han tomado en esta dirección. Entre ellos es importante destacar el servicio técnico de la Reforma, Agraria Ambiental y Social (ATES), creado por el Instituto Nacional de Reforma Agraria (INCRA) con el fin de ser una alternativa en la prestación de servicios de extensión a los agricultores locales. Por lo tanto, hemos desarrollado una investigación de campo en el contexto de los asentamientos del municipio de Candiota/RS. ¿Dónde está dirigido a comprender las acciones de la ampliación en la práctica teniendo en cuenta las directrices de las Ates Programa y los posibles conflictos que se plantea entonces, es decir, el conflicto entre la teoría y la práctica en el establecimiento de las directrices de este programa para el servicio extensión rural.

Palabras-clave: extensión, ATES política, asentamientos rurales.

Abstract

Work of workers in the context of ATES: the case of settlements Candiota/RS

It is known that the agrarian question and the problems that arise from it are not new nor are resolved, but also recognizes that many initiatives have been taken in this direction. Among them is important to highlight the service of Technical, Environmental and Social Agrarian Reform (ATES), created by the National Institute of Agrarian Reform (INCRA) in order to be an alternative in providing extension services to local farmers. Thus, we developed a field

research in the context of the settlements of the Municipality of Candiota/RS. Where is aimed to understand the actions of the extension in practice in view of the guidelines of the Program ATES and the possible conflicts that then arises, namely the conflict between theory and practice in setting the guidelines of this program for service rural extension.

Keywords: extension, Politics ATES, rural settlements.

Introdução

Toda problemática que envolve a questão agrária no Brasil ainda está longe de ser resolvida por completo. Diante do modelo de modernização conservadora adotado pelo país, vários conflitos surgiram e ainda estão eminentes. Mas, também se deve ressaltar que muitas iniciativas vêm sendo tomadas ao longo das últimas décadas, sejam para resolver ou apenas para amenizar esses conflitos.

Dentre as quais, pode-se destacar o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), criado pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA) em 2004, com objetivo de ser uma alternativa na prestação de serviços de extensão rural para agricultores assentados da reforma agrária (NEUMANN; DALBIANCO, 2012; DIAS, 2004).

Onde os assentados passam a receber orientação técnica para seus sistemas produtivos, sejam por instituições públicas ou privadas (terceirização do serviço de assistência técnica e extensão rural mediante contrato). Com a orientação teórico-metodológica definida pelo Programa de Ates, embasado na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Com o objetivo de compreender um pouco mais dessa orientação técnica na prática, realizou-se uma pesquisa de campo no contexto dos assentamentos do Município de Candiota/RS, parte de um trabalho maior de uma disciplina ministrada no curso de Doutorado em Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Maria.

A pesquisa se deu com produtores de leite, devido ao fato da produção leiteira ser a principal atividade produtiva dos camponeses assentados naquela região. Sendo assim, o estudo teve por objetivo compreender as ações dos assessores técnicos de Ates (extensionistas) na prática da extensão rural nas propriedades, utilizando uma abordagem qualitativa de pesquisa.

A partir de uma análise das orientações do Programa de Ates e os possíveis conflitos que daí se originam, na questão da aceitação dos assentados em relação ao formato das orientações técnicas, ou seja, os conflitos que tem se originado entre teoria e prática no contexto das orientações da política de Ates e do trabalho dos extensionistas a campo.

Tendo em vista que para alguns autores, como Dias (2004, p. 499), “a proposta do serviço de ATES carece de definições conceituais e metodológicas mais precisas”, além de um processo de capacitação profissional. Sendo estes fatores essenciais no processo de assessoria técnica, até mesmo para que se obtenha participação de todos os atores envolvidos.

Diante desse contexto, o trabalho foi organizado, depois dessa parte introdutória, em uma seção que aborda sobre a metodologia adotada para a pesquisa, outra sobre a questão agrária e o campesinato, depois, destaca-se uma seção para extensão rural no contexto do Programa Nacional de Ates, uma seção sobre os aspectos gerais e dos sistemas de produção do Município de Candiota, uma seção ainda para ações práticas da extensão rural nos assentamentos e, por fim, algumas considerações finais.

Metodologia

Vivenciado momentos de teoria e prática, o desenvolvimento do estudo realizou-se nos assentamentos de reforma agrária de Candiota/RS. O trabalho teve por base a pesquisa

exploratória e a abordagem qualitativa, baseada na observação, análise, interpretação e compreensão dos fatos. Onde os dados primários para a pesquisa foram coletados em janeiro de 2013.

Para a pesquisa dos dados empíricos foram utilizadas algumas técnicas de levantamento de dados, como entrevistas semi-estruturadas, com base em um roteiro pré-estruturado, e a prática da observação.

As entrevistas foram realizadas com assentados, extensionistas da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), dirigentes e funcionários da Cooperativa Cooperal. Além disso, utilizou-se da informação de dados secundários, através de documentos como o Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRAs), o Relatório do 1º Seminário Regional da Produção Leiteira nos Assentamento dos Municípios de Candiota, Aceguá e Hulha Negra e demais dados de escritório.

Os assentamentos visitados fazem parte do Núcleo Operacional Candiota, estabelecido pelo INCRA, o qual conta com 30 assentamentos. Sendo 5 no Município de Aceguá e 25 no Município de Candiota. Desse total foram visitados 7 assentamentos no Município de Candiota, sendo estes denominados de: Madrugada, Estância do Fundo, Estancinha, Fazenda São Francisco, Santa Fé, Santa Lúcia e Conquista do Paraíso, totalizando 12 camponeses-assentados entrevistados.

Nas visitas, além de um diálogo aberto e das entrevistas estruturadas com perguntas abertas, também foram observadas as instalações da propriedade, condições de estrada e condições do local da ordenha. Em grande parte das entrevistas participaram o casal dono da propriedade, em outras participaram a mulher e em menor quantidade foi entrevistado o homem. Embora a atividade leiteira seja de responsabilidade de ambos, se o homem realiza outro serviço na propriedade ou fora dela, é a mulher que se responsabiliza pela ordenha.

Questão agrária e o campesinato

A questão agrária no Brasil passa por novos contextos, onde se tem atualmente a construção de uma política de território e de crédito fundiário, tendo em vista amenizar conflitos para com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Nesse sentido, as políticas fogem da discussão da raiz do problema agrário no país, que se encontra centrado na grande concentração de terra, consequência de uma lógica de desenvolvimento embasado no sistema capitalista.

Fernandes (2008) é um autor que traduz esse contexto ao colocar a necessidade das políticas públicas entenderem a questão agrária como um problema estrutural do capitalismo, essa estrutura cria desigualdades e diferenciações dentro do campesinato, ocasionando lutas e vários conflitos.

O autor também explica que: “a reforma agrária é compreendida pelas mudanças na estrutura fundiária de um país. No caso do Brasil, essa mudança está ocorrendo, mas a desconcentração fundiária não” (FERNANDES, 2008, p. 05). Isso é fácil de compreender através de uma análise do formato das políticas públicas adotadas no país, que financiam a terra e não fazem a desapropriação de terras improdutivas.

Para o autor (2003), a ênfase das políticas públicas a partir de 2002 possui um discurso conciliador com ações desenvolvimentistas, onde os objetivos principais estão em programas que recuperem os assentamentos implantados e na implantação de novos assentamentos, acompanhado de políticas básicas: crédito, infraestrutura, educação, capacitação técnica e comercialização.

Para fins de esclarecimento do termo camponês, usa-se o mesmo no presente trabalho afim de, compreende-los como uma categoria que tem uma política contra o capital. Pois, o mercado capitalista é muito mais um espaço da destruição do que da recriação do campesinato, e, em diferentes escalas, os diversos tipos de camponeses: posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários estão inseridos do mercado.

Para Wanderley (1996) o campesinato corresponde a um modo específico de produzir e de viver em sociedade, no caso brasileiro o campesinato tem características

próprias, as quais são resultado da própria história social do País. Aqui ele fez sua cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc.

Extensão rural no contexto do programa nacional de Ates

A extensão rural apresenta uma grave crise de legitimidade desde a década de 80. Onde no começo da década de 90 o governo brasileiro extinguiu a Coordenação Nacional do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, restringindo expressivamente as contribuições do governo para a manutenção destes serviços. Sendo assim, as instituições públicas de extensão rural passaram a depender necessariamente das contribuições financeiras dos governos estaduais e municipais, seguindo trajetórias institucionais distintas, de acordo com a boa vontade de cada estado e município (DIESEL, *et al.*, 2006).

Esse cenário contribuiu para uma forte organização, pressão e reivindicação dos Movimentos Sociais no país, com destaque para o MST e também colaborou para a entrada de empresas privadas e várias ONGs na prestação do serviço de extensão rural. As quais tinham interesse em conquistar esse mercado de serviços, atendendo tanto agricultores familiares como camponeses assentados de reforma agrária. Algumas destas de instituições tinham suas ações financiadas por organizações internacionais, como o Banco Mundial (NEUMANN; DALBIANCO, 2012).

No início do século XXI a extensão rural passa por um novo momento, que pode ser compreendido como de renovação. Pois, formula-se no país a Nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e descentralizam-se os serviços de extensão rural, os quais passam a serem executados através de organizações governamentais e não-governamentais, constituindo um sistema de atendimento ao produtor de forma plural. Processo que se fortalece com a lei de Ater, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula em 2010. E ainda, confirmando a nova fase da extensão rural no Brasil, é instituído o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) (MDA, 2012).

Com a criação dessa política pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) começou a estruturar um programa para atender os camponeses assentados de reforma agrária. Dessa forma, com as mesmas bases e princípios da PNATER, foi criado o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Programa de Ates) em 2004, destinado somente para o serviço de assistência aos produtores assentados. A partir daí foi elaborado o Manual Operacional do Programa de Ates, onde “o governo federal passou a assumir a Ates como sendo um processo educativo continuado, incorporando os aspectos produtivos, ambientais e sociais” (NEUMANN; DALBIANCO, 2012, p. 96).

Ou seja, continuando com os esclarecimentos dos autores, o programa assume referenciais do desenvolvimento rural sustentável, buscando ações que prezem pela qualidade de vida dos assentados, incorporando aspectos do desenvolvimento social e ambiental a perspectiva econômica e produtiva. Requerendo uma intervenção técnica diferenciada, mais complexa do que simplesmente uma assistência técnica, a qual requer maior envolvimento dos técnicos com as questões de desenvolvimento local.

Essa abordagem vai de acordo com os preceitos adotados por Paulo Freire, onde o autor destaca que a extensão tem um papel educativo e reflexivo, nesse sentido, não se deve persuadir o camponês e sim oportunizar uma situação problematizadora. Tendo o extensionista o papel de um educador, se aproximando, na verdade, mais da comunicação do que da extensão de técnicas e conhecimento (FREIRE, 1983).

Na visão freiriana, o encontro entre o camponês e o extensionista deve ser permeado por uma prática de diálogo-problematizador, respeitando-se a cultura e o saber do camponês, não se deve subestimar o poder de reflexão deste último. Quanto ao extensionista, deve atuar como um agente de transformação, promovendo práticas participativas.

Quanto ao Projeto de Ates, esse novo contexto de trabalho dos extensionistas deve seguir os referenciais utilizados pela PNATER e pelo PRONATER, estabelecidos na 1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (CNATER), onde se destacam termos como desenvolvimento rural sustentável, preservação do meio ambiente, metodologias participativas, enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural. Onde se percebe o embasamento nas metodologias de Paulo Freire.

Além disso, o trabalho da extensão rural passa a ter seus objetivos pautados na construção da cidadania, democratização da gestão da política pública, geração de emprego e renda com igualdade nas relações de gênero, raça e etnia e construção da segurança e soberania alimentar e nutricional. Pelo menos politicamente estas seriam as bases para a atuação dos extensionistas nas ações práticas do projeto, os quais devem adotar “a agroecologia como base científica para atingir este objetivo” (MDA, 2012, p. 12).

Para operacionalizar esse projeto, o Estado (Governo Federal) tem repassado os recursos financeiros ao INCRA, que neste caso é o órgão representante do Estado na coordenação e supervisão das ações, que por sua vez contrata serviço de um terceiro para executar as demandas.

Dessa forma, outra instituição é contratada para executar o serviço, através do trabalho de suas equipes técnicas. Ou seja, quem desempenha as ações práticas do Programa de Ates nos assentamentos são as equipes técnicas, as quais são organizadas em Núcleos Operacionais (NOs), além de uma equipe que realiza o trabalho de articulação.

Aos articuladores coube a tarefa de dar suporte às equipes técnicas dos NOs, auxiliando no planejamento e execução das ações de Ates. As equipes técnicas dos NOs coube a elaboração e acompanhamento da execução dos Projetos de Exploração Anual (PEA), do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e do Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRA), que orientariam as posteriores ações continuadas de assessoria técnica, social e ambiental nos assentamentos, a serem executadas por elas mesmas. As equipes técnicas estariam vinculadas a organizações prestadoras de serviços que, mediante convênio ou contrato com o INCRA, receberiam os recursos financeiros necessários para a execução dos serviços. (NEUMANN; DALBIANCO, 2012, p. 97).

Tomando por base esse cenário no Rio Grande do Sul, visualiza-se que o INCRA tem realizado contrato com algumas prestadoras de serviço, sendo estas a EMATER (empresa pública do estado), a COPTEC e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). As quais tem equipes de técnicos em 19, sendo 9 de responsabilidade da EMATER, 9 de responsabilidade da COPTEC, e 1 do CETAP (DALBIANCO; NEUMANN, 2012).

Aspectos gerais e dos sistemas de produção do município

O município de Candiota localiza-se a aproximadamente 420 km de Porto Alegre e possui 933,84 km² de extensão territorial. Limita-se ao norte com Bagé, a leste com Pinheiro Machado, a sudeste com Pedras Altas e a sudoeste com Aceguá, como pode ser observado na Figura-1. Está dividido em cinco distritos: Candiota (sede), Baú, Jaguarão Grande, Passo Real de Candiota e Seival. Pertence a região sul do Rio Grande do Sul, denominada região da Campanha, e a microrregião da Serra do Sudeste (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA, 2009).

Figura – 1: Localização do município de Candiota no estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Prefeitura Municipal de Candiota, 2009.

Na questão hidrográfica o município possui barragens e vários açudes, com destaque para a barragem da Usina Termoelétrica de Candiota. A vegetação é típica do Bioma Pampa, apresentando fisionomias campestres com tipologia vegetal dominante herbáceo/arbustiva. Os solos possuem características da fração argila, apresentando dificuldades no armazenamento de água e no manejo agrícola. O clima é subtropical úmido, com formação de geadas no inverno e estiagem (seca) durante o verão. A região possui um dos menores índices pluviométricos do estado, dificultando a produção agropecuária (COPTec, 2010).

No município, 76% da população encontra-se no nível de renda que vai desde sem renda até 2 salários mínimos. Em relação as atividades econômicas se destacam: indústrias extrativas; produção e distribuição de eletricidade, gás e água; transporte, armazenagem e comunicações; outros serviços coletivos, sociais e pessoais. Além das várias atividades da agropecuária, as quais se constituem como uma vocação da região, mesmo enfrentando dificuldades climáticas, tendo importante contribuição para o desenvolvimento local (COPTec, 2010).

Em relação as condições dos produtores, no município existe uma grande proporção de assentamentos de reforma agrária (38%). Mas, a maior parte dos estabelecimentos do município pertence a proprietários privados (62%). A área ocupada por produtores assentados é de 13% do total de área ocupada, já as terras de proprietários e de arrendatários representam os outros 87%. Sendo que a área média dos estabelecimentos, ocupadas por proprietários, arrendatários e parceiros, chegam a ser 10 vezes maior que a área média ocupada pelos assentados (COPTec, 2010).

Quando as atividades do setor pode-se observar a predominância da pecuária no município, devido as características agroecológicas da região. Embora estejam sendo incorporadas outras atividades, como os cultivos de arroz, soja e a silvicultura, as quais vêm tomando o lugar da vegetação herbácea, ocasionando a diminuição do campo nativo. E

ainda, com menor expressividade vêm a produção de frutíferas, sementes olerícolas, milho, feijão e tubérculos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA, 2009).

Mas, as criações extensivas de ovinos e bovinos ainda são as principais atividades nesse segmento, onde se destaca principalmente a criação do gado leiteiro no campo nativo, com ajuda de áreas de pastagens cultivadas. Pode-se dizer que a produção da bacia leiteira é a principal atividade econômica dos pequenos produtores rurais em Candiota. E quem assume de fato a atividade são os produtores camponeses assentados de reforma agrária, embora criando e produzindo em menor área, possuem uma produção significativa na região.

É importante que se faça um breve histórico desses assentamentos, com base no que está registrado nos Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRA), nos relatos dos técnicos da COPTec e dos assentados entrevistados. Essa história tem início em 1989, quando várias famílias do acampamento Palmeira das Missões vão para o Município de Hulha Negra. Devido ao massacre Santa Elmira que ocorria em Palmeira das Missões, o qual ocasionou uma pressão por novos assentamentos. Os quais foram realizados pelo governo na região de Candiota, Hulha Negra e Aceguá devido ao baixo custo das terras nestas localidades.

Ao chegar a esta região, as famílias encontraram muitas dificuldades devido a falta de estradas, água, energia elétrica, escola, saneamento, moradia, dentre outros. Além disso, muitas das famílias assentadas vinham de outras regiões, como norte e noroeste do estado, onde a matriz produtiva é baseada na produção de grãos. O que não se configura como potencial produtivo na região da campanha, onde predomina o campo nativo e a produção da pecuária. Estes fatores dificultaram a produção e a ascensão econômica dessas famílias num primeiro momento.

Num segundo momento, visto que precisavam mesmo se adaptar aos fatores agroecológicos da região, inicia-se aos poucos a produção de leite, um dos potenciais do local. Produto que atualmente representa a maior fonte de renda dos assentados da região. Dessa forma, em 1992 foi criada pelos assentados de Hulha Negra, Candiota e Aceguá a Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (COOPERAL), situada nos municípios de Hulha Negra (matriz) e Candiota (filial), com o objetivo de facilitar a comercialização do leite para a região.

Mas, tanto a produção quanto a comercialização do leite ainda apresentam vários percalços. Alguns exemplos que chamam a atenção, perante a conversa com os entrevistados, são: a) manejo dos animais, seja quanto a questão alimentar, sanidade, reprodutivo, manutenção no campo e higienização; d) tecnificação do processo e; c) comercialização e qualidade do leite.

De acordo com o Plano de Readequação dos Assentamentos, realizado em 2011, com o relato dos assentados e dos extensionistas da COPTec, as questões relacionadas ao manejo dos animais são de grande preocupação.

Na opinião de Hess *et al.*, (2007) os pequenos produtores de alimentos sofrem com a falta de informação, produção com qualidade e em quantidade, capital e investimento público. Além da própria racionalidade desses sujeitos, a qual exige que não sejam assumidos grandes riscos, devido a pequenas margens de sobrevivência, desconfiança e dúvidas entre os diferentes atores ao longo da cadeia de valor, oligopolistas estruturas de mercado e governança fraca nas áreas rurais.

Nesse sentido, se faz necessário uma maior organização dos camponeses, o investimento dos governos nas questões de infraestrutura e comunicação para que os mesmos consigam uma ascensão social.

Ações práticas da extensão rural nos assentamentos

Os extensionistas de Ates, técnicos da COPTec, têm ocupando grande parte de suas horas de trabalho com as questões direcionadas ao leite, destacando-se as atividades coletivas que prezam pelo manejo adequado dos animais, na reprodução das matrizes; no

melhoramento das instalações para a ordenha; no melhoramento do campo nativo; demonstrando como são identificados os sinais de doença nos animais; como devem ser aplicados os medicamentos. Além de questões da sanidade animal, bem-estar animal, importância do melhoramento genético das matrizes e manejo alimentar de uma forma geral.

Tentando levar as informações necessárias para que os camponeses se adaptem a Normativa-51 e melhorem a qualidade do leite. No Seminário Regional da Produção Leiteira, realizado em dezembro de 2012 na região, ressaltaram-se estas ações realizadas pelos extensionistas e a importância do trabalho em conjunto com a cooperativa, coordenação do leite (formada por um representante de cada assentamento), produtores e a Prefeitura Municipal.

Mas, também foi colocado que ainda existe pouca participação dos assentados nas reuniões coletivas e falta um planejamento em conjunto com a COOPERAL, visto que as duas entidades não conseguem muitas vezes chegar a um consenso, sobre determinados assuntos que dizem respeito a melhoria da qualidade de vida e da produção dos camponeses assentados.

As principais ações da Ates nos assentamentos em 2013 serão voltadas ao leite, como já ocorreu em anos anteriores, tendo como pontos principais de debate nas reuniões coletivas as questões: a) água; b) melhorias das instalações do gado leiteiro; c) higiene, qualidade e recolhimento do leite; d) alimentação (silagem, campo nativo e pastejo); e) calendário de vacinação do gado leiteiro e; f) gestão da atividade leiteira.

Nesse sentido, as metodologias adotadas pelos técnicos extensionistas estão baseadas em reuniões e visitas nas propriedades, mas, como são muitas famílias, investe-se com maior ênfase nas reuniões coletivas. Onde se trabalha no sentido de levar conhecimento ao produtor para as atividades exercidas no seu dia-a-dia, para que ele consiga tomar suas próprias decisões e reflita sobre as causas dos problemas enfrentados na propriedade e fora dela.

As metodologias adotadas nas reuniões pelos extensionistas seguem a orientação da formatação do trabalho de Ates orientado pelo INCRA. Onde não se atua na parte clínica, justificando o fato de que o extensionista que faz a parte clínica não tem impacto social e econômico significativo. Pois, o problema já aconteceu, já houve o impacto negativo. Portanto, estes profissionais têm que dar maior ênfase a parte preventiva, demonstrando aos assentados que os mesmos têm a capacidade de observação, de aprender e de prevenir muitos problemas.

[...] Temos trabalhando com metas relacionadas à adequação na legislação, higienização, manejo da ordenha e manejo do campo do nativo. Ensinando práticas conservacionistas como as faixas de contenção, curva de nível e piqueteamento das pastagens [...] (Entrevista - Extensionista da COPTec, 2013).

“[...] Os técnicos fazem reuniões e ensinam como fazer piqueteamento, como se deve fazer a higiene nas vacas, as normas e estrutura, mas, falta material para nós fazer tudo o que pedem [...]” (Entrevista Assentado – 07, 2013).

O fato que preocupa nesse contexto é que as ações extensionistas não são realizadas de forma articulada com a COOPERAL, principal representante dos assentados na região, por terem posicionamentos diferentes. Embora os extensionistas reconheçam que a cooperativa enquanto instituição é uma importante conquista dos assentados, muitas vezes não chegam a um consenso sobre a forma de trabalho ou de assistência que deve ser dada ao assentado. Uma vez que não se entendem sobre a metodologia de trabalho adotado na forma de assistência dos extensionistas. “[...] As ações que não dão certo são por causa da desarticulação, os técnicos e a cooperativa não conseguem se entender, têm opiniões diferentes, eles querem algum para inseminar, mas, nossa metodologia é outra, é atuar na prevenção [...]” (Entrevista Extensionista da COPTec, 2013).

Métodos que por vezes não são bem compreendidos ou aceitos pelos camponeses. No caso em que estamos relatando, os extensionistas dizem seguir os referenciais de uma visão que problematiza e conscientiza sobre a realidade, tendo a base freiriana. Com o intuito de que os atores envolvidos possam entender e transformar suas realidades.

Nesse sentido, de acordo com os dirigentes da cooperativa, os assentados estão desmotivados para participar porque o INCRA não resolve seus principais problemas, porque tem assistência técnica da Ates e não tem um veterinário para fazer um parto, uma inseminação ou dar uma vacina na hora que precisa.

Ou seja, na visão da COOPERAL e dos assentados o serviço de Ates é teórico e não é prático, para Tommasino e Hegedüs (2006) essa visão é compreensível, pois, o que ocorre é que em alguns momentos a extensão rural teoriza processos complexos, mas, a prática lhe impõe vários limites para realizar.

Acredita-se que os assentados têm que se organiza e cobrar mudanças na postura do INCRA, quanto as ações de Ates e quanto a regulamentação dos lotes. “O modelo de contrato restringe o trabalho do técnico, que tinha que esta no campo, é lá que os assentados precisam deles” (Entrevista Dirigente da Cooperativa COOPERAL, 2013).

Assim se estabelece um conflito, extensionistas, técnicos da COPTec, e representantes da Cooperativa querem maior organização dos assentados, embora para fins diferentes. Os primeiros para reivindicar recursos e deveres do INCRA, quanto a um novo “molde” de extensão rural. Já os segundos para realizar ações práticas dos assentados que melhorem as condições de produção e comercialização do leite.

Nesse sentido, a equipe técnica trabalha tentando criar as condições necessárias para que os camponeses pensem e ajam, planejando pequenas ações de baixo custo e de impactos positivos. Por exemplo, é importante que os assentados consigam entender o significado de uma análise de leite. Interpretar porque deu ruim a qualidade do leite? Como posso melhor? Onde vou interferir? E de que forma? Ou seja, transformar aspectos negativos em ações positivas.

Sabourin (2008) é um dos autores que concordam com esta visão metodológica, pois, acredita que assim pode-se acabar com a questão do assistencialismo das políticas de reforma agrária. Os assentados precisam continuar organizados de forma coletiva e realizar suas conquistas, não somente cobrar recursos e mais recursos, vivendo sempre sob o assistencialismo do Estado.

Na visão freiriana da extensão rural, pequenas mudanças tecnológicas podem trazer resultados de caráter prático, para isso é importante conseguir dialogar, conhecer e estabelecer compromissos, onde a participação de todos torna-se fundamental.

Considerações finais

A partir da realização do trabalho ficam algumas questões que merecem ser pontadas com maior atenção. A questão do direcionamento do serviço da assistência técnica e extensão rural em função da orientação da política de Ates, o qual não tem sido aprovado pelos assentados e pela cooperativa que os representa.

Essa tem sido uma questão de “conflitos” (conflitos de opiniões) nos assentamentos de Candiota/RS, pois, os camponeses assentados da reforma agrária na região reclamam que as orientações dos técnicos são teóricas e não são ações práticas. Por sua vez, os técnicos defendem uma nova visão de orientação, embasando todo o discurso da Ates de um novo modelo de desenvolvimento, com a participação e reflexão dos produtores.

Nesse sentido, o que ocorre são visões diferentes de quem esta em posições também diferentes. O assentado que necessita de resultados imediatos, pois, do seu trabalho depende sua renda e o sustento da família. Os técnicos extensionistas que querem fazer um trabalho diferenciado, mas, que terá resultado á longo prazo, pois, depende de toda uma metodologia e um planejamento de ações para que ocorram debates, participação, reflexão e depois mudança de atitudes por parte dos assentados.

Mesmo assim, percebe-se que a proposta da extensão nestes moldes, mais compreensivo-reflexivo é válida e inovadora. Agora de uma forma geral, urge a necessidade de “sentar” coletivamente e discutir o papel de cada envolvido no trabalho, absorver juntos produtores, técnicos, cooperativas a compreensão da essência do conhecimento das propostas de mudanças. Analisando o que será produtivo para todos, resolver os conflitos e chegar um consenso.

Referências

COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS – LTDA. **Plano de recuperação do assentamento Estancinha**. Candiota, RS. 2010. Disponível em: <http://www.coptec.org.br/mapa/Candiota/Candiota/PA20ESTANCINHA/Relatorio20Final/PR_A_PA_ESTANCINHA.pdf>. Acesso: 01 de fev. 2013.

DALBIANCO, V. P.; NEUMANN, P. S. Rumos da Ates no RS. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Orgs.). **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 107-130.

DIAS, M. M. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ates”. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004. Disponível em: <seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/8707/4892>. Acesso: 09 de fev. 2013.

DIESEL, V. *et al.* Entendendo a diversidade e superando a fragmentação da ação extensionista. In: TOMMASINO, H.; HEGEDÜS, P.; (Orgs.). **Extensión: reflexiones para la intervención em el médio urbano e rural**. Universidad de la República – Facultad de Agronomía. Montevideo, Uruguay. 2006. p. 31-43.

FERNANDES, B, M. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Boletim Dataluta, 2008. Disponível em: <http://docs.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes_2008.pdf>. Acesso; 17 de ago. 2013.

FERNANDES, B, M. **Reforma agrária no governo Lula: a esperança**. 2003. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf>. Acesso: 17 de ago. 2013.

FERNANDES, B, M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso: 17 de ago. 2013.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1983. P. 93.

HESS, C. et al. **Reader: pro-poor services in value chain promotion**. Agribusiness Concept. Services for Rural Development. 2007. Disponível em: <www.gtz.de/agriservice>. Acesso: 10 jan. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **1ª Conferência nacional sobre assistência técnica e extensão rural: ATER para a agricultura familiar e reforma agrária e o desenvolvimento sustentável do Brasil rural**. Brasília, DF. 2012. Disponível em: <www.seagri.ba.gov.br/ceater_documento_base.pdf>. Acesso: 20 de jan. 2013.

NEUMANN, P. S.; DALBIANCO, V. P.; Reforma agrária e a atuação do estado na oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural para assentados. In: DIESEL, V.;

NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Orgs.). **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional**: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 83 -104.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA. **Cidade**. 2009. Disponível em: <<http://www.candiota.rs.gov.br/acidade.html>>. Acesso: 01 de fev. 2013.

TOMMASINO, H.; HEGEDÜS, P. Enfoque de sistemas: em la investigación y extensión agropecuarias. In: TOMMASINO, H.; HEGEDÜS, P.; (Orgs). **Extensión**: reflexiones para la intervención em el médio urbano e rural. Universidad de la República – Facultad de Agronomía. Montevideo, Uruguay. 2006, p. 155-180.

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. In: **Estud.soc.agric**, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 2, 2008. p. 151-184. Disponível em: <www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/2821.pdf>. Acesso: 01 de fev. 2013.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996. Disponível em: <http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte07-08-2012_110532.pdf>. Acesso: 17 de ago. 2013.

Recebido para publicação em 11 de Fevereiro de 2013

Aceito para publicação em 21 de Agosto de 2013